

ANÁLISE DE UMA QUEIXA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PIRACICABA-SP.

Autores

Antonia Ferreira Gomes Vasconcelos
Fabio Henrique Germano
Fernanda Aguiar Giovanni
Maria Eunice Pereira de Lemos Cesar
Michelle Fragnani Moraes

1. Introdução

Comportamento é a relação entre a ação, as variáveis que a determinam e as conseqüências provocadas por ela no ambiente. O comportamento, então, não é algo estagnado, mas é algo dinâmico, que tem relação com situações antecedentes que quando se manifestam provocam conseqüências.

É preciso que se tenha em mente, e, com clareza, esse conceito quando se discute ou se equaciona uma queixa escolar. Infelizmente, nem sempre isso ocorre na prática. As escolas quando tratam de “queixas”, referem-se unicamente ao comportamento do aluno, sem levar em conta as relações e o campo de força onde esse comportamento ocorre. Fazem as queixas baseadas em estereótipos e preconceitos, e em teorias (como a da privação cultural) que colocam as condições de vida do aluno e de sua família como os responsáveis pelo fracasso escolar.

No seletivo sistema educacional brasileiro, apenas 27% das crianças que ingressam na primeira série, concluem o primeiro grau. (cf. Helene, 1991).

A história de “fracasso” vivida por muitas dessas crianças chega ao sistema de saúde em forma de “queixa escolar”. Trabalhos de autores diversos alertam para o perigo da banalização da queixa e da produção do fracasso escolar numa tendência a tornar natural aquilo que é historicamente constituído.

Há algumas décadas, desde que a população menos favorecida teve acesso à escola, o aluno tem sido apontado como o grande “vilão” (muitas vezes, o único) do fracasso escolar. Sabe-se, porém, que esse conceito vem se construindo através dos tempos e explicado por algumas teorias.

A teoria “do dom e dos talentos”, que defendia a tese de que cada indivíduo já nascia com dom ou talento para ... só fez incentivar a crença nas diferenças individuais e de que nem todos conseguiam aprender. Com isso, proliferaram os testes quantitativos durante o movimento da Escola Nova. Esses testes avaliavam o QI dos alunos e os classificavam, limitando o quanto eles poderiam aprender. Nos anos 60, nos Estados Unidos, ainda baseados nas diferenças focalizadas nos alunos, surge a teoria da carência cultural, justificando o fracasso escolar com: pobreza, desnutrição, desestruturação familiar, etc.

No Brasil, essa teoria chega nos anos 70, ganha força, e, ainda hoje é usada como explicação para o fracasso escolar, e, como “queixa” nos encaminhamentos de alunos a médicos e psicólogos.

Com base nessas teorias, o fracasso escolar começou a ser produzido e explicado de maneira simplista, do tipo - a criança não consegue ou não quer aprender; criança carente não aprende; não aprende porque é desnutrida, ou porque é pobrezinha; não aprende porque a família é desestruturada, ou por carência afetiva. Criam-se mitos que passam a fazer parte não só da expectativa dos professores, mas extrapolam a própria

escola, atingindo os pais, a própria criança, refletindo os preconceitos e a ideologia mistificadora da classe dominante (Collares; Moysés, 1996).

Segundo Chauí (1980) - a ideologia interpreta falsamente a realidade social fazendo com que os acontecimentos pareçam naturais.

Causas neurológicas, disfunções de maturação, aspectos biológicos, vertentes patológicas, também poderiam explicar a maioria dos fracassos. Porém, através de pesquisas pode-se concluir que essas afirmações têm caráter ideológico e mistificador, tentando justificar a ordem social vigente com roupagem aparentemente científica.

Outro problema que aparece com freqüência como queixa escolar é a indisciplina. Sabe-se que esse realmente é um dos problemas que vem comprometendo a relação ensino - aprendizagem.

Para equacionar esse problema é preciso definir o que se entende por indisciplina e de que modo ela interfere na relação de aprendizagem.

A indisciplina pode ser entendida como não cumprimento de regras estabelecidas.

Segundo La Taille (1996) "a indisciplina em sala de aula é (entre outros fatores) decorrência do enfraquecimento do vínculo entre a moralidade e o sentimento de vergonha". Para o autor, vergonha relaciona-se aos valores e à necessidade psicológica que o ser humano tem de construir uma imagem positiva de si, e isso depende da legitimação que damos ao outro envolvido na situação. Assim, se o professor não for um outrem legitimado, suas ordens não terão efeito.

Portanto, ao analisar a indisciplina do aluno, sempre colocada como problema individual, há que se investigarem outros elementos envolvidos, tais como: prática didático-pedagógica, relação professor-aluno, e procedimentos da própria escola.

Todo comportamento deve ser analisado a partir de um contexto, pois trata-se de uma relação entre ação, condições antecedentes e conseqüentes.

2. Objetivos

Esse trabalho teve como objetivo analisar uma queixa escolar e identificar as situações problemas, definindo as ações para o seu enfrentamento e orientar a professora para desenvolver as ações necessárias ao enfrentamento das situações problemas.

3. Desenvolvimento

O trabalho foi executado na Escola Estadual do Ensino Fundamental de Piracicaba-SP com 32 alunos de idades entre oito e dez anos, estudantes da 2ª série.

Foi realizado um encontro com a escola, onde estiveram presentes todos os representantes do grupo e a diretora para explicar sobre as atividades a serem desenvolvidas naquela instituição mediante o levantamento de uma queixa.

A coleta de dados se deu através de entrevistas informais com a coordenação e a professora titular da segunda série. Foram realizadas oito observações direcionadas para rede de relações da sala de aula: interação aluno-aluno, interação professor-aluno, e desempenho da professora.

Os dados obtidos nas entrevistas e observações foram utilizados no planejamento de duas dinâmicas de grupo que envolviam atividades com desenhos, colagens, entre outros.

O material gerado dos dados, por intermédio das intervenções, possibilitou orientar de forma geral a professora, enquanto a segunda dinâmica tornou-se um dispositivo para uma Análise Funcional do Comportamento que permitiu identificar quais as condições antecedentes e conseqüentes que precisavam ser planejadas para que as regras fossem efetivadas.

De posse dos dados produzidos, foram elaborados dois documentos com as regras de convivências em classe que foi encaminhado à professora e à coordenação da escola, concluindo todas as atividades planejadas.

4. Resultados

Os dados obtidos a partir da identificação da queixa analisada permitiram observar:

1)As Condições Ambientais:

- escola extremamente limpa e organizada e os móveis todos conservados;
- direção centralizada;
- classe heterogênea, com alunos de várias idades e de padrões sociais diferentes;

2)Os Alunos:

- apresentavam diferentes níveis de desenvolvimento acadêmico (alunos não alfabetizados e alunos alfabetizados);
- revelavam acentuados comportamentos de indisciplina: a cristalização de alguns comportamentos inadequados; o desrespeito a regras de convivência social (demonstram conhecê-las, embora não as cumpram); não respeitam a professora como figura de autoridade; e existe uma “confusão” de papéis na sala de aula, uma vez que não há limites e respeito na relação professor-aluno;

3)A Professora Titular:

- não tem autoridade legitimada perante os alunos;

- demonstra não planejar as atividades com as quais trabalha;
- não interfere nos comportamentos inadequados dos alunos;
- reforça negativamente os alunos em quase todas as situações;
- não apresenta aos alunos estímulos antecedentes nem conseqüentes ao comportamento positivo destes;
- é Psico-pedagoga;

4)A Professora de Educação Artística:

- Demonstra autoridade;
- Apresenta estímulos antecedentes e conseqüentes motivadores aos alunos;
- Demonstra planejar suas aulas;

5)O Professor de Educação Física;

- Demonstra utilizar de controle aversivo;
- Tem controle da classe;
- Demonstra utilizar de Punição do Tipo II;
- Apresenta estímulos motivadores antecedentes e conseqüentes aos comportamentos dos alunos

Entre os aspectos observados, um problema que parece apresentar-se com destaque na relação com a professora titular é o da indisciplina vista como não cumprimento de regras, como se as mesmas não “existissem” ou não fossem assimiladas pelos alunos.

A queixa apresentada atribuída à professora a condição de “nova” na escola e com dificuldades em conduzir a classe.

A classe atribuída a essa professora é de 2ª série, bastante heterogênea não só com relação ao desempenho acadêmico dos alunos como também quanto à sua origem sócio-econômica. São alunos irrequietos, que não fazem as tarefas, falam muito alto, andam pela classe, inclusive alguns acompanham a professora quando esta se movimenta na sala. Parecem necessitar de controle sobre os comportamentos que emitem.

Para a Psicologia Comportamental, o comportamento mostra-se concebido como a relação entre uma determinada ação, as condições antecedentes e suas conseqüências. Nesse sentido, o comportamento deve ser analisado a partir de um contexto envolvendo uma “rede de relatos, portanto, não só o comportamento dos alunos, mas também o da professora”.

Pelas análises efetuadas, o que se percebeu foi que na maior parte das interações com a sala, a professora estabeleceu um controle inconsistente sobre os alunos. Não houve explicitação de contingências, normas e regras que decrescessem as conseqüências para os seus comportamentos.

Não foi observado em momento algum nenhum comportamento estabelecido de contingências essenciais ao silêncio durante quaisquer atividades acadêmicas. Ao contrário, percebeu-se uma professora permissiva, falando tão alto quanto os alunos e sem planejamento e autoridade em relação a eles.

Segundo Aquino, (2000), a indisciplina não se refere exclusivamente ao aluno (problema de natureza psicológica ou moral) e nem a estruturação da escola (problema estabelecido a partir das ações do professor ou decorrente de suas práticas didático-pedagógicas), mas sim está alocada na relação professor/aluno. Prova disso é que na observação feita durante a aula de Educação Artística, o clima da classe é bastante diferente: alunos mais calmos, silenciosos e participativos e professora mais assertiva, incentivando a participação dos alunos.

Na observação feita durante a aula de Educação Física, a hierarquia aplicada pelo professor é bastante visível, a disciplina tem que ser mantida para que os alunos possam praticar atividades prazerosas. Os alunos além de cumprirem as regras, incentivaram os colegas mais indisciplinados a fazê-lo também.

5. Considerações Finais

A indisciplina é um dos grandes problemas pedagógicos e morais da atualidade, cuja raiz está na própria concepção de educação, do papel da escola na sociedade e de como são constituídas as relações professor-aluno. No entanto, o que se observa é uma busca para localizar num ponto específico – família, professores e, principalmente, na criança – a origem do problema.

Podemos observar há algum tempo o cotidiano escolar insuficiente, insatisfeito e desalentador. As instituições escolares cada vez mais perdem a credibilidade e atribuem ao aluno a responsabilidade pelo fracasso escolar.

O aluno passa a ser então o outro que atrapalha, ao invés de ser considerado foco da ação do professor numa relação onde o objetivo principal é a aprendizagem.

Nas cenas ocorridas na sala de aula analisada, pudemos observar, por exemplo, que o comportamento de indisciplina instaurado não resulta de carências psíquicas, nem de privações culturais, mas de problemas relacionados à prática didático-pedagógica do professor e da necessidade de uma conduta dialógica que possibilite a uma mudança na relação professor-aluno, baseada num contrato claro, e em estratégias adequadas para o desenvolvimento de um melhor desempenho acadêmico.

Nessa relação onde o fracasso escolar é produzido, a escola atribui aos profissionais da saúde a capacidade de desvendá-lo. Esses profissionais, muitas vezes, acabam por reforçar o discurso de que as dificuldades encontradas são devidas a causas de saúde ou emocionais, dando às rotulações, seu aval de especialistas.

É preciso que o psicólogo, ao interferir em instituições escolares, proceda de forma a ter clareza da queixa apresentada; identifique os fatores determinantes da ação, considerando a conjuntura da escola (e da classe), buscando esclarecer como se dão as relações estabelecidas entre a escola e os alunos. É indispensável que o psicólogo seja um interventor no processo de busca de solução, visando incluir o aluno ao invés de excluí-lo.

Referências Bibliográficas

AQUINO, J. G. Autoridade Docente, Autonomia Discente: Uma Equação Possível e Necessária. In: _____. **Do Cotidiano Escolar**: ensaio sobre a ética e seus avessos. São Paulo: Summus, 2000.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1980.

COLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar**: ensino e medicalização. São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Unicamp, 1996.

MACHADO, A. M. Avaliação e Fracasso: a produção da queixa escolar. In: AQUINO, J. G. (org). Erro e Fracasso na Escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.